



Geração de Energia Sul de Minas S.A. – “GESM”

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262IP-004-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Geração de Energia Sul de Minas S.A. – “GESM”
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Geração de Energia Sul de Minas S.A. – “GESM” (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geração de Energia Sul de Minas S.A. – “GESM”, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.180	6.991
Contas a receber	5	458	824
Impostos a recuperar	-	-	15
Adiantamentos concedidos	6	19	6
Outros ativos	7	16	119
Partes relacionadas	13	-	350
Total do ativo circulante		4.673	8.305
Ativo não circulante			
Imobilizado	8	27.429	29.272
Intangível	9	2.309	3
Total do ativo não circulante		29.738	29.275
Total do ativo		34.411	37.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	258	268
Obrigações sociais	11	155	129
Obrigações tributárias	12	163	93
Partes relacionadas	13	75	10
Total do passivo circulante		651	500
Passivo não circulante			
Provisões para riscos	14	4	46
Tributos diferidos	15	4.053	4.425
Total do passivo não circulante		4.057	4.471
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	176	176
Ágio na subscrição de ações	17.1	6.981	6.981
Ajuste de avaliação patrimonial	8.2	7.640	8.144
Reserva legal	17.1	35	35
Lucros acumulados	-	14.871	17.273
Total do patrimônio líquido		29.703	32.609
Total do passivo e patrimônio líquido		34.411	37.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de geração de energia	18	9.493	8.661
Custo da energia gerada	19	(4.146)	(4.947)
Lucro bruto		5.347	3.714
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	20	(791)	(949)
Outras receitas e despesas	-	28	-
Despesas tributárias	-	(5)	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		4.579	2.765
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	1.053	585
Despesas financeiras	21	(2)	(3)
		1.051	582
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		5.630	3.347
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	22.1	(741)	(302)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	22.2	359	112
Lucro líquido do exercício		5.248	3.157

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	5.248	3.157
(+/-) Outros resultados abrangentes		-
(=) Resultado abrangente total	5.248	3.157

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		176	6.981	8.648	35	14.537	30.377
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.157	3.157
Realização da reserva de reavaliação	8.2	-	-	(504)	-	504	-
Distribuição de dividendos	17.2	-	-	-	-	(925)	(925)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		176	6.981	8.144	35	17.273	32.609
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.248	5.248
Realização da reserva de reavaliação	8.2	-	-	(504)	-	504	-
Distribuição de dividendos	17.2	-	-	-	-	(8.154)	(8.154)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		176	6.981	7.640	35	14.871	29.703

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		5.630	3.347
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação	-	2.566	1.792
Amortização	8	130	-
Provisão para riscos	14	(42)	46
Extensão de outorga	9	(2.436)	-
Acréscimo (decréscimo) em ativos			
Contas a receber	5	366	(70)
Adiantamentos concedidos	6	(13)	31
Impostos a recuperar	-	15	8
Outros ativos	7	103	2
Partes relacionadas	13	350	(350)
Decréscimo (acréscimo) em passivos			
Fornecedores	10	(10)	26
Obrigações tributárias	12_15_22.2	57	(11)
Obrigações sociais	11	26	23
Impostos pagos	22.1	(741)	(302)
Partes relacionadas	13	65	10
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		6.066	4.552
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Acréscimo do imobilizado	8	(723)	(325)
Acréscimo do intangível	9	-	1
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(723)	(324)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de lucros	17.2	(8.154)	(925)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(8.154)	(925)
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(2.811)	3.303
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	6.991	3.688
No final do exercício	4	4.180	6.991
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(2.811)	3.303

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A. (“GESM” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de julho de 2012 e tem como objetivo **(i)** a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A GESM gera energia elétrica vendida no mercado livre por meio das hidrelétricas PCH Congonhal I e PCH Paes Leme, com capacidade instalada de 1,82MW e 1,92MW, respectivamente que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 9 anos da autorização vigente.

As CGH Congonhal I 0,428MW, CGH Pirambeira 0,53MW, CGH Henrique Portugal 0,8MW, e CGH Ribeirão, 0,18MW, possuem registro junto a ANEEL com prazo vitalício.

Em abril de 2025, a Sul de Minas Participações em Energia S.A. passou a ser detentora de 100% das ações da - Geração de Energia Sul de Minas S.A. (GESM), mediante incorporação das ações da sócia majoritária NEC Operações e Participações em Energia Ltda. e dos minoritários.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2026.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais políticas contábeis materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

b) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a estimativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”, ou *impairment*).

c) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pela Companhia para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com financiamentos.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor – Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Para os demais itens, a Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

A seguir as taxas de depreciação por grupo adotadas pela Companhia:

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	2,46%
Reservatórios, barragens e adutoras avaliação patrimonial	2,52%
Estruturas civis	14,10%
Estruturas civis avaliação patrimonial	3,70%
Máquinas e equipamentos	6,12%
Equipamentos de informática	10,86%
Equipamentos geradores de energia	6,53%
Equipamentos geradores de energia avaliação patrimonial	4,00%
Móveis e utensílios	1,75%

d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros da Companhia incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa e as contas a receber, ambos reconhecidos considerando o custo amortizado.

h) Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; e **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores.

i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

l) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

m) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

1. identificação do contrato com o cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho no contrato;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação; e por fim,
5. reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias anuais nas normas contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtópicos padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

Alterações à IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

3.2. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, incluindo ativos, passivos, receitas e despesas.

Esses julgamentos e estimativas são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que são razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e, quando aplicável, nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos significativos e estimativas críticas adotadas pela Administração, e que apresentam impacto relevante sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

a) Vida útil dos bens do imobilizado

As vidas úteis econômicas dos bens do imobilizado, notadamente máquinas, equipamentos e instalações vinculadas às usinas de geração, são definidas com base em laudos técnicos, histórico de utilização e práticas do setor de energia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8.

Alterações relevantes nessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b) Estimativas relacionadas à receita e à energia não faturada

O reconhecimento da receita de geração de energia, incluindo a parcela de energia gerada e ainda não faturada na data-base, envolve estimativas relacionadas ao volume de energia entregue, preços contratuais e critérios de medição, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 5 e nº 18.

A Administração entende que não há histórico de perdas relevantes associadas aos valores registrados como receita não faturada.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	18	68
Aplicações financeiras (i) (ii)	4.162	6.923
Total	4.180	6.991

(i) Em 2025 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB) – DI, com risco insignificante de perda de valor, são remuneradas a taxas de mercado de 96,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,5% do CDI em 2024).

(ii) A redução do saldo de aplicações financeiras da GESM em 2025, em comparação a 2024, decorreu da utilização desses recursos para a distribuição de dividendos acumulados de exercícios anteriores.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	458	824
Total	458	824

Ainda que se trate de receita não faturada, a Administração entende que não há histórico de perdas nem expectativa de inadimplência associada a esses valores. Dessa forma, não foi reconhecida Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

6. Adiantamentos concedidos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	19	5
Adiantamentos para viagens	-	1
Total	19	6

7. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	16	119
Total	16	119

Verifica-se redução na rubrica de “seguros a apropriar”, uma vez que a renovação das apólices de seguros referentes ao exercício de 2026 encontra-se em fase de negociação, não tendo sido concluída até a data-base das demonstrações contábeis. Em razão desse processo, os prazos de vigência das apólices existentes foram prorrogados por apenas alguns meses, de forma a manter a Companhia devidamente coberta pelos seguros.

8. Imobilizado**8.1. Movimentação dos exercícios**

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo					
Terrenos	3.314	-	-	-	3.314
Terrenos avaliação patrimonial	51	-	-	-	51
Reserv., barragens e adutoras	1.341	-	-	-	1.341
Reserv., barragens e adutoras avaliação patrimonial	5.561	-	-	-	5.561
Estruturas civis - Usinas	3.676	-	-	-	3.676
Estruturas civis - Usinas avaliação patrimonial	3.619	-	-	-	3.619
Equipamentos geradores de energia	18.116	-	-	182	18.298
Equipamentos geradores de energia avaliação patrimonial	12.277	-	-	-	12.277
Equipamentos de informática	18	32	-	1	51
Máquinas e equipamentos	733	2	-	-	735
Veículos	60	-	-	-	60
Móveis e utensílios	302	-	-	-	302
Imob. Em andamento	263	689	-	(183)	769
Total do custo	49.331	723	-	-	50.054
Depreciação					
Reserv., barragens e adutoras	(425)	(33)	-	-	(458)
Reserv., barragens e adutoras avaliação patrimonial	(1.671)	(140)	-	-	(1.811)
Estruturas civis - Usinas	(1.369)	(518)	-	-	(1.887)
Estruturas civis - Usinas avaliação patrimonial	(1.607)	(134)	-	-	(1.741)
Equipamentos geradores de energia	(8.499)	(1.194)	-	-	(9.693)
Equipamentos geradores de energia avaliação patrimonial	(5.895)	(491)	-	-	(6.386)
Equipamentos de informática	(15)	(6)	-	-	(21)
Máquinas e equipamentos	(233)	(45)	-	-	(278)
Veículos	(60)	-	-	-	(60)
Móveis e utensílios	(285)	(5)	-	-	(290)
Total da depreciação acumulada (i)	(20.059)	(2.566)	-	-	(22.625)
Total do imobilizado líquido	29.272	(1.843)	-	-	27.429

(i) Ressalta-se que o exercício de 2025 foi o primeiro período em que a nova taxa de depreciação passou a ser aplicada de forma integral ao longo de todo o ano, refletindo plenamente as premissas técnicas revisadas a partir do estudo realizado em 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Terrenos	3.314	-	-	-	3.314
Terrenos avaliação patrimonial	51	-	-	-	51
Reserv., barragens e adutoras	1.341	-	-	-	1.341
Reserv., barragens e adutoras avaliação patrimonial	5.561	-	-	-	5.561
Estruturas civis - Usinas	3.676	-	-	-	3.676
Estruturas civis - Usinas avaliação patrimonial	3.619	-	-	-	3.619
Equipamentos geradores de energia	18.090	26	-	-	18.116
Equipamentos geradores de energia avaliação patrimonial	12.277	-	-	-	12.277
Equipamentos de informática	18	-	-	-	18
Máquinas e equipamentos	699	34	-	-	733
Veículos	60	-	-	-	60
Móveis e utensílios	300	2	-	-	302
Imob. Em andamento	-	263	-	-	263
Total do custo	49.006	325	-	-	49.331
Depreciação					
Reserv., barragens e adutoras	(393)	(32)	-	-	(425)
Reserv., barragens e adutoras avaliação patrimonial	(1.530)	(141)	-	-	(1.671)
Estruturas civis - Usinas	(1.201)	(168)	-	-	(1.369)
Estruturas civis - Usinas avaliação patrimonial	(1.473)	(134)	-	-	(1.607)
Equipamentos geradores de energia	(7.745)	(754)	-	-	(8.499)
Equipamentos geradores de energia avaliação patrimonial	(5.404)	(491)	-	-	(5.895)
Equipamentos de informática	(12)	(3)	-	-	(15)
Máquinas e equipamentos	(167)	(66)	-	-	(233)
Veículos	(60)	-	-	-	(60)
Móveis e utensílios	(282)	(3)	-	-	(285)
Total da depreciação acumulada	(18.267)	(1.792)	-	-	(20.059)
Total do imobilizado líquido (i)	30.739	(1.467)	-	-	29.272

(i) No exercício de 2024, foi conduzido um estudo interno e o inventário físico nas usinas de fontes hídricas do grupo. Este procedimento foi realizado sob a supervisão da equipe técnica interna, em conjunto com uma consultoria especializada, que realizou visitas in loco a cada uma das unidades operacionais. Durante o levantamento, foram cuidadosamente avaliados o estado de conservação dos ativos, bem como a sua vida útil, considerando as condições operacionais de cada usina. O objetivo principal deste processo foi assegurar a adequada conciliação entre os registros contábeis do ativo imobilizado e o inventário físico, garantindo a precisão e a integridade das informações patrimoniais.

8.2. Ajustes de avaliação patrimonial

A movimentação dos saldos do custo atribuído ao imobilizado, bem como da reserva de avaliação e os tributos diferidos, está demonstrada a seguir:

	Custo atribuído imobilizado	Reserva de avaliação	Tributos diferidos
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.104	8.648	4.455
Realização do exercício	(767)	(504)	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.337	8.144	4.195
Realização do exercício	(766)	(504)	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.571	7.640	3.935

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O saldo de ajustes de avaliação patrimonial refere-se, substancialmente, ao reconhecimento de custo atribuído ao ativo imobilizado, efetuado na data de adoção inicial das práticas contábeis aplicáveis, com base em laudo técnico de avaliação que suportou a mensuração a valor justo dos referidos ativos.

A diferença apurada entre o valor contábil histórico e o valor atribuído foi registrada em contrapartida à conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos respectivos efeitos tributários diferidos.

A realização desse saldo ocorre de forma sistemática, à medida que os ativos correspondentes são depreciados, baixados ou alienados, sendo a parcela realizada transferida para lucros ou prejuízos acumulados, também líquida dos efeitos fiscais aplicáveis.

Os tributos diferidos foram reconhecidos em conformidade com a legislação vigente, refletindo os efeitos fiscais temporários decorrentes da adoção do custo atribuído.

9. Intangível

	Saldo em			Saldo em	
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Custo					
Softwares	4	-	-	-	4
Direito de extensão de concessão (i)	-	2.436	-	-	2.436
Total do custo	4	2.436	-	-	2.440
Amortização					
Softwares	(1)	(1)	-	-	(2)
Direito de extensão de concessão (i)	-	(129)	-	-	(129)
Total da amortização acumulada	(1)	(130)	-	-	(131)
Total do intangível líquido	3	2.306	-	-	2.309

(i) A adesão das PCHs Paes Leme e Congonhal I detentoras da autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 13.203/2015, conforme alterada pela Lei no 14.052/2020, e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, e, por consequência, a desistência de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a renúncia qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE.

Nos termos da Lei nº 13.203/2015, na hipótese de adesão à repactuação do risco hidrológico, os geradores têm direito à extensão do prazo das respectivas outorgas de geração por até dois anos, sendo que, especificamente no caso das filiais, as PCHs Paes Leme e Congonhal I tornaram-se elegíveis aos acréscimo de 736 (setecentos e trinta e seis) dias e 795 (setecentos) dias respectivamente, a partir do termo final do prazo originário da outorga de autorização, correspondente à importância de R\$1.318 e R\$1.118 respectivamente, definida e disponibilizada pela ANEEL.

A Administração adotou como política contábil o reconhecimento do benefício econômico futuro decorrente da extensão do prazo de outorga, após decisão final da ANEEL, que se materializou mediante a expedição da Resolução Normativa no 1.035 de 26 de julho de 2022. Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível sob rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, correspondente ao referido direito, em contrapartida da rubrica “Repactuação de risco hidrológico” na demonstração do resultado, no montante de R\$ 2.436, o qual é o valor definido e disponibilizado pela Aneel que o objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a transformou em extensão de outorga por mais 1.531 dias conforme disposto da Resolução Autorizativa nº 16.436. A amortização deste ativo intangível ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Softwares	4	-	-	-	4
Total do custo	4	-	-	-	4
Softwares	-	(1)	-	-	(1)
Total da amortização acumulada	-	(1)	-	-	(1)
Total do intangível líquido	4	(1)	-	-	3

10. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de serviços e mercadorias	258	268
Total	258	268

11. Obrigações sociais

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	47	36
Provisão de férias	57	52
FGTS a recolher	6	4
INSS a recolher	18	14
Provisão para encargos sobre férias e 13º salário	20	18
Outras obrigações sociais	7	5
Total	155	129

12. Obrigações tributárias

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a recolher	64	36
CSLL a recolher	60	26
Cofins a recolher	27	19
Tributos retidos na fonte	5	4
PIS a recolher	6	4
ICMS a recolher	1	4
Total	163	93

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

13. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são reconhecidas considerando as condições acordadas entre as partes.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
NEC Energia Participações S.A.	-	350
Total	-	350
Passivo circulante		
NEC Energia Participações S.A.	58	-
BEI Brasil Energia Inteligente Ltda.	17	10
Total	75	10
Resultado		
BEI - Brasil Energia Ltda. (i)	(1.017)	(830)
NEC Energia Participações S.A. (ii)	(71)	(810)
Total	(1.728)	(1.640)

(i) A BEI presta serviços de *intercompany* de O&M[®] que se refere ao reembolso de custos e despesas incorridos pela empresa relacionados à operação e manutenção (O&M) das usinas do grupo. Esses reembolsos abrangem despesas com manutenção preventiva e corretiva, conservação dos ativos, planejamento estratégico e operação remota das usinas, assegurando a eficiência e a continuidade das operações do grupo.

(ii) Os valores referem-se do rateio de compartilhamento de custos e despesas do Centro de Serviços Compartilhados do Grupo NEC, para as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela Administração.

14. Provisões para riscos

Prováveis	Saldo				Saldo
	31/12/2024	Adições	Atualizações	Reversões	31/12/2025
Contingências ambientais	46	-	-	(42)	4
Total	46	-	-	(42)	4

Prováveis	Saldo				Saldo
	31/12/2023	Adições	Atualizações	Reversões	31/12/2024
Contingências ambientais	-	46	-	-	46
Total	-	46	-	-	46

Perdas possíveis

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cíveis e trabalhista, que foram classificados pela Administração como risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos.

Possíveis	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	1	1
Ambientais	58	56
Total	59	57

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

15. Tributos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
CSLL diferida	1.070	1.159
IRPJ diferido	2.966	3.214
PIS e Cofins diferidos	17	52
Total	4.053	4.425

A seguir apresentamos a movimentação dos saldos:

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS/Cofins	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.189	3.301	45	4.535
Estorno de tributos diferidos sobre receita não faturada do ano anterior	(9)	(11)	(26)	(46)
Imposto diferido sobre receita não faturada	9	7	3	19
Receita não faturada	-	-	824	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada	9%	25%	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	30	30
Receita financeira não resgatada	430	430	-	
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	-	
Tributos diferidos	39	108	-	147
Imobilizado (realização)	(767)	(767)	-	
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(69)	(191)	-	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.159	3.214	52	4.425
Reclassificações	9	13	(22)	-
Ajuste exercício anterior	-	3	-	3
Estorno de tributos diferidos sobre receita não faturada do ano anterior	(9)	(10)	(30)	(49)
Imposto diferido sobre receita não faturada	5	7	-	12
Receita não faturada	-	-	458	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada	9%	25%	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	17	17
Receita financeira não resgatada	(281)	(281)	-	
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(25)	(70)	-	(95)
Imobilizado (realização)	(766)	(766)	-	
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(69)	(191)	-	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.070	2.966	17	4.053

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

16. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

17. Patrimônio líquido**17.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da Companhia é de R\$ 176 totalmente integralizado, representado por 50.235 (cinquenta mil, duzentos e trinta e cinco) ações ordinárias. Em 28 de abril de 2025 a companhia teve suas ações incorporadas pela Sul de Minas Participações em Energia S.A.

Acionista	Ações ordinárias	%
Sul de Minas Participações em Energia S.A.	50.235	100%
Total	50.235	100%

Em 2012, a Companhia subscreveu 19.350 novas ações, sem valor nominal para um novo sócio não controlador, as quais foram integralizadas com um ágio equivalente a R\$ 6.981.

A Companhia constitui reserva legal em exercícios anteriores, que totalizou R\$ 35. Ao constituir a referida reserva a Companhia atinge o limite requerido pela Lei das Sociedades Anônimas.

17.2. Distribuição de dividendos

Em 28 de março de 2025, conforme Estatuto Social ficou deliberado, sem quaisquer objeções, a distribuição de dividendos obrigatórios referente ao resultado do exercício de 2024 aos acionistas no importe total de R\$ 789, em 24 de julho de 2025 considerando a mudança do quadro societário foi distribuído o valor de R\$ 3.266 valor do saldo de lucros acumulados de exercício anteriores, para o acionista Sul de Minas Participações em Energia S.A. e em 05 de dezembro de 2025 foi distribuído do saldo de lucros acumulados de exercício anteriores o valor de R\$ 4.100 para a única socia, totalizando R\$ 8.155 (R\$ 925 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

18. Receita operacional líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de geração de energia	836	8.211
Receita bruta de geração de energia <i>intercompany</i> (i)	9.384	-
Receita não faturada	(367)	824
Receita bruta (ii)	9.853	9.035
(-) ICMS	-	(46)
(-) PIS	(66)	(58)
(-) Cofins	(307)	(267)
(-) Impostos sobre receita não faturada	13	(3)
Deduções	(360)	(374)
Receita operacional líquida	9.493	8.661

(i) A rubrica “Receita bruta de geração de energia *intercompany*” refere-se às operações realizadas a partir de 2025, motivo pelo qual o saldo do exercício de 2024 encontra-se zerado. Nessas operações, a GESM, na qualidade de companhia geradora, vende a energia elétrica à NEC Geração Energias Renováveis Ltda., que entrou em operação no exercício e tem como atividade principal a comercialização dessa energia no mercado, adquirida das companhias geradoras integrantes do mesmo grupo econômico. Tais transações foram realizadas em condições compatíveis com as praticadas no mercado e estão devidamente eliminadas nas demonstrações contábeis consolidadas, quando aplicável;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

(ii) Em decorrência da reorganização do portfólio de contratos de compra e venda de energia no âmbito do Grupo, a controlada NEC Geração passou a concentrar parcela relevante dessas operações, anteriormente realizadas diretamente pelas geradoras. Essa centralização incluiu a gestão do déficit associado ao *Generation Scaling Factor* (GSF), bem como as aquisições de energia necessárias para o acesso à média móvel no ambiente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Como resultado dessa alteração operacional, observou-se aumento relevante nos volumes de compra e venda de energia registrados nas demonstrações contábeis da GESM. Tal crescimento reflete exclusivamente a transferência e concentração das operações no nível da NEC Geração, não representando, contudo, alteração material no resultado econômico da Companhia, uma vez que as operações permaneceram estruturalmente equilibradas.

A centralização contribuiu para maior eficiência operacional, padronização dos processos de controle e racionalização da gestão contratual e dos riscos associados à exposição ao GSF e às variações do mercado de energia, reforçando o papel da NEC Geração como entidade responsável pela gestão integrada dessas operações no Grupo

19. Custos da energia vendida

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia elétrica (i)	(1.061)	(547)
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	(209)	(220)
Liquidação financeira CCEE (ii)	(28)	(30)
Manutenção de Usinas	(1.064)	(868)
Custo com pessoal	(803)	(767)
Custo com serviços de terceiros (ii)	(66)	(63)
Materiais, utilidades e serviços (ii)	(586)	(591)
Serviços de telecomunicação (ii)	(69)	(69)
Direito de extensão de concessão (iii)	2.436	-
Custo com depreciação e amortização (iv)	(2.696)	(1.792)
Total	(4.146)	(4.947)

(i) A variação no custo de compra de energia decorre, principalmente, das aquisições de energia realizadas entre partes relacionadas (*intercompany*), operação detalhada na Nota Explicativa nº 13, item (ii).

(ii) Para fins de comparabilidade, determinados saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício anterior foram reclassificados entre as linhas de custos. Essa reclassificação não alterou o total dos custos nem o resultado do exercício anterior. Parte dos valores anteriormente apresentados em “Utilidades e serviços”, “Custos com serviços de terceiros”; e “Materiais”, “Encargos de uso da rede elétrica” foram reclassificados para as linhas “Custo com serviços terceiros”, “Liquidação Financeira CCEE”; “Materiais, utilidades e serviços” e “Serviços com telecomunicação”, refletindo melhor a natureza das despesas.

A política contábil da Companhia prevê que as demonstrações financeiras devem apresentar informações de forma consistente e comparável entre os períodos. Quando necessário, ajustes de classificação são efetuados para assegurar que os saldos reflitam adequadamente a essência econômica das transações. Não houve impacto no resultado líquido ou no patrimônio líquido do exercício anterior.

(iii) O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível sob rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, correspondente ao referido direito, em contrapartida da rubrica “Repactuação de risco hidrológico” na demonstração do resultado, no montante de R\$2.436, o qual é o valor definido e disponibilizado pela Aneel que o objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a transformou em extensão de outorga por mais 1.531 dias conforme disposto da Resolução Autorizativa nº 16.436. A amortização deste ativo intangível ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

(iv) Ressalta-se que o exercício de 2025 foi o primeiro período em que a nova taxa de depreciação passou a ser aplicada de forma integral ao longo de todo o ano, refletindo plenamente as premissas técnicas revisadas a partir do estudo realizado em 2024.

20. Despesas administrativas comerciais e gerais

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(74)	(75)
Utilidades e aluguéis administrativos	(6)	(13)
Contingências	-	(46)
Outras	-	(5)
Rateio de despesas administrativas (i)	(711)	(810)
Total	(791)	(949)

(i) O rateio se trata do compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, conforme critérios definidos pela administração.

21. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.043	578
Outras receitas financeiras	10	7
Total	1.053	585
Despesas financeiras		
IOF	(2)	(1)
Juros e multa	-	(1)
Tarifa bancária	-	(1)
Total	(2)	(3)
Resultado financeiro, líquido	1.051	582

22. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro presumido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

22.1. Imposto de renda e contribuição social - Corrente

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de geração de energia	10.220	8.965
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido	818	717
Outras receitas	-	148
Rendimento de aplicações financeiras	1.324	7
Base de cálculo do IRPJ	2.142	872
Alíquota de 15%	321	131
Adicional de 10%	190	60
IRPJ - Corrente	511	191
Receita bruta de geração de energia	10.220	8.965
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido	1.226	1.076
Outras receitas	-	148
Rendimento de aplicações financeiras	1.324	7
Base de cálculo da CSLL	2.550	1.231
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	230	111
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	741	302

22.2. Imposto de renda e contribuição social - Diferido

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	457	824
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido sobre receita não faturada	37	66
Alíquota de 15%	5	10
Adicional de 10%	2	-
IRPJ - Diferido	7	10
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido sobre receita não faturada	55	99
Alíquota	9%	9%
CSLL - Diferido	5	9
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	12	19
Estorno provisão ano anterior	(19)	(17)
IR e CSLL Diferido sobre Receita não faturada	(7)	2
Receita financeira não resgatada	(281)	430
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido sobre Receita financeira não resgatada	(96)	146

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2025	31/12/2024
Amortização anual do imobilizado reavaliado	(766)	(767)
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido sobre reavaliação de imobilizado	(260)	(260)
Ajuste exercício anterior	3	-
IRPJ e CSLL Diferido do exercício	(359)	(112)

23. Instrumentos financeiros**23.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa - Custo amortizado	4.180	6.991
Contas a receber - Custo amortizado	458	824
Partes relacionadas	-	350
Total	4.638	8.165
Passivos financeiros		
Fornecedores - Custo amortizado	258	268
Partes Relacionadas	75	10
Total	333	278

23.2 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco hidrológico e *Generation Scaling Factor* (GSF);
- Risco de não renovação das concessões;
- Risco regulatório;
- Risco socioambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria da Companhia de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Companhia.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e Generation Scaling Factor (GSF)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico da Companhia participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco regulatório

O setor elétrico brasileiro está sujeito a um ambiente regulatório dinâmico, caracterizado por revisões normativas frequentes e por processos de modernização do marco legal. Nesse contexto, a conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025 na Lei nº 15.269/2025 introduziu diretrizes relevantes para a reorganização do setor elétrico nacional, incluindo aspectos relacionados à abertura do mercado de energia elétrica, à alocação de encargos setoriais, ao tratamento da geração distribuída, da autoprodução, da geração renovável e ao gerenciamento da operação do sistema.

Embora a referida lei tenha mantido parte substancial das regras anteriormente vigentes, especialmente no que se refere aos regimes de transição aplicáveis à geração distribuída estabelecidos pela Lei nº 14.300/2022, o novo marco regulatório reforça discussões estruturais sobre a sustentabilidade econômico-financeira do setor, a repartição dos custos do sistema elétrico, o uso da infraestrutura de rede e os mecanismos de segurança operativa. Parte relevante de seus dispositivos depende ainda de regulamentação específica por parte de órgãos reguladores e setoriais, como a ANEEL, o Ministério de Minas e Energia e a CCEE, o que pode resultar em alterações adicionais nas regras atualmente aplicáveis.

Nesse cenário, permanecem incertezas quanto a eventuais mudanças futuras nos critérios de compensação de energia elétrica, nos requisitos para caracterização de autoprodução, nas condições de contratação e comercialização de energia, bem como na possibilidade de limitações operacionais à geração, inclusive em situações de restrição do sistema elétrico. Adicionalmente, poderão ser requeridos investimentos adicionais para adequação técnica, operacional ou regulatória dos ativos, a depender da evolução normativa e regulatória.

A Companhia monitora continuamente os desdobramentos relacionados à Lei nº 15.269/2025 e aos atos infralegais dela decorrentes, avaliando seus potenciais impactos sobre suas operações, fluxos de caixa e posição patrimonial. Até a data-base das presentes demonstrações contábeis, não foram identificados efeitos materiais imediatos decorrentes da referida lei; contudo, eventuais alterações regulatórias futuras poderão impactar o desempenho operacional e financeiro da Companhia, não sendo possível, neste momento, mensurar de forma precisa tais efeitos.

vii) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

24. Seguros

Seguro operacional

Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia prorrogou a vigência da apólice de seguro operacional, originalmente válida até 15 de dezembro de 2025, para 13 de fevereiro de 2026, por meio de endosso emitido pela seguradora. Essa apólice garante cobertura para riscos operacionais definidos nas Condições Contratuais, incluindo indenização por prejuízos decorrentes de eventos cobertos que atinjam prédios, maquinários, móveis, utensílios, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que integrem o Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras. O Limite Máximo de Garantia da apólice é de R\$ 50.000, aplicável às empresas co-seguradas: Brito Energética Ltda.; BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; Pacífico Mascarenhas Ltda.; Costa Rica Energética Ltda.; CEI – Energética Integrada Ltda.; Areal Energias Renováveis Ltda.; Maynard Energética Ltda.; Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; e Tríade Energias Renováveis Ltda. A Companhia, em conjunto com a corretora, iniciou em janeiro de 2026 os trabalhos de análise das propostas para renovação das coberturas, com o objetivo de contratar a nova apólice a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Seguro de responsabilidade civil

Em 29 de novembro de 2025, foi prorrogada a vigência da apólice de seguro de responsabilidade civil para 15 de fevereiro de 2026, conforme as condições gerais, especiais e particulares pactuadas na apólice. Essa cobertura garante, até o limite máximo de indenização ou, quando aplicável, até o respectivo sublimite, limite agregado ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas ou o reembolso das despesas incorridas pelo segurado em reparações de danos materiais, pessoais, morais e estéticos causados involuntariamente a terceiros, incluindo custos de defesa, salvamento e contenção de sinistros, desde que atendidas as seguintes condições: **(i)** que as reparações ou despesas sejam decorrentes de riscos cobertos e ocorridos dentro da vigência da apólice, no âmbito geográfico correspondente; **(ii)** que as reclamações dos terceiros prejudicados sejam formalizadas dentro do prazo de vigência da apólice ou dentro dos prazos prescricionais aplicáveis; **(iii)** que o valor das reparações seja fixado por sentença judicial transitada em julgado, decisão arbitral irrecorrível ou acordo firmado entre o segurado e os terceiros prejudicados com anuência prévia e expressa da seguradora; e **(iv)** que as despesas com salvamento ou contenção de sinistros sejam comprovadas ou, na ausência de documentação, validadas mediante vistoria, avaliação ou perícia técnica da seguradora, desde que decorrentes de riscos cobertos. A apólice possui limite máximo de R\$ 9.000 para todas as empresas co-seguradas: Brito Energética Ltda.; BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; Pacífico Mascarenhas Ltda.; Costa Rica Energética Ltda.; CEI – Energética Integrada Ltda.; Areal Energias Renováveis Ltda.; Maynard Energética Ltda.; Energia Limpa Participações Ltda.; Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; e Tríade Energias Renováveis Ltda. A Companhia aguarda a emissão do endosso formal referente à prorrogação, enquanto a corretora trabalha na apresentação das propostas de renovação previstas para janeiro, visando à contratação da nova vigência em 13 de fevereiro de 2026.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

25. Eventos subsequentes

A Empresa adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2025 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requerem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis.

* * *

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Maria Tereza Diniz Carneiro

Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77

Mauricio Aquino Halewicz

Mauricio Aquino Halewicz

Diretor

CPF: 694.701.200-78

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54

* * *